

-
- **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SESC Nº 054/2025.**
 - **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: SESC Nº 012/2026.**
 - **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE ELEVADORES, PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS E MONTA-CARGAS, INSTALADOS NAS UNIDADES DO SESC E SENAC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CEARÁ, CONFORME QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E LOCAIS DESCRITOS NO ANEXO I DO TR.**
 - **TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote.**
 - **MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.**
 - **DATA DE ABERTURA: 23 de fevereiro de 2026.**
 - **LOCAL DE REALIZAÇÃO: Site do Sistema Compras do Governo Federal - COMPRASGOV.**
 - **HORA DE ABERTURA DA SESSÃO: às 08:30min.**
 - **UASG: 451023 – Serviço Social do Comércio-SESC/AR/CE.**
-

EDITAL DE ABERTURA

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC/AR/CE**, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída mediante a **Portaria de nº 011, de 17 de dezembro de 2024**, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, torna público que se acha aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO SESC Nº 054/2025**, acompanhado pelo Órgão Participante **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC/AR/CE** com respectivo **PREGÃO ELETRÔNICO SENAC Nº 033/2025** e **INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS Nº 012/2026 e 008/2026** respectivamente, sendo a presente licitação e a subsequente contratação regidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos do **SESC/SENAC/AR/CE (Resoluções SESC nº 1.593/2024 e SENAC nº 1.270/2024)**, bem como, pelas disposições fixadas no presente Edital e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Na data, no horário e no endereço eletrônico acima indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do sistema de Compras do Governo Federal - **COMPRASGOV**. *Para fins de localização do presente processo licitatório no sistema COMPRASGOV, é necessário considerar a numeração em epígrafe antecedida pelo número 90 000 para realização de busca no sistema, exemplo: para localizar a licitação 001/2026, o número a ser pesquisado no sistema COMPRASGOV será 90001/2026.*

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE ELEVADORES, PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS E MONTA-CARGAS, INSTALADOS NAS UNIDADES DO SESC E SENAC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CEARÁ, CONFORME QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E LOCAIS DESCRITOS NO ANEXO I DO TR.

1.2. Em caso de discordância existente entre os locais de entrega descritos no **COMPRASGOV** e os estabelecidos neste Edital, prevalecerão estes.

1.3. Administração Regional do **SESC/SENAC/AR/CE** manterá sob sigilo o orçamento da contratação até o encerramento da fase de lances (*Em sede de licitação, na modalidade pregão, não se configura violação ao princípio da publicidade o resguardo do sigilo do orçamento estimado elaborado pela Administração até a fase de lances, sendo público o seu conteúdo após esse momento. Acórdão nº 2080/2012 – Plenário – TCU*).

2. ÓRGÃO PROMOVENTE DO CERTAME

2.1. ÓRGÃO PROMOVENTE: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO-SESC/AR/CE - UASG: 451023.

2.2. ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/AR/CE - UASG: 451116.

2.3. A tabela de descrição e distribuição das quantidades e dos serviços consta no Termo de Referência-ANEXO I.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Regulamento de Licitações e Contratos do SESC – Resolução nº 1.593/2024 e SENAC – Resolução nº 1.270/2024, e legislação correlata.

3.2. Demais exigências deste Edital e seus anexos.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no portal Compras do Governo Federal e no site oficial do SESC/SENAC/AR/CE, (Portal de Licitações do SESC/SENAC/AR/CE - <https://sistemas.sesc-ce.com.br/LICITASESC/download/licitacaoList.seam>).

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas.

4.3. Mesmo em caso de expressa contradição entre as especificações acima citadas, não se alegará indução ao erro, devendo a licitante se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital.

4.4. O contato com a CPL/Pregoeiro é sempre formal, mediante solicitação de esclarecimento ou pedido de impugnação aos termos do Edital que devem ser encaminhados pelo e-mail abaixo definido.

4.5. Para a obtenção de outras informações que não constem no presente Edital ou informações quanto a possíveis inconsistências o interessado poderá encaminhar para o endereço eletrônico: licitacao@sesc-ce.com.br ou cpl@ce.senac.br.

5. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do **terceiro dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** ou solicitar **esclarecimentos** quanto ao ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada para um dos endereços eletrônicos: licitacao@sesc-ce.com.br ou cpl@ce.senac.br.

5.1.1. O contato com a CPL/Pregoeiro é sempre formal, mediante solicitação de esclarecimento ou pedido de impugnação aos termos do Edital que devem ser encaminhados pelo e-mail acima definido.

5.2. A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo o **SESC/SENAC/AR/CE** decidir sobre as eventuais impugnações apresentadas em **até 24 (vinte e quatro) horas antes** do prazo previsto para a abertura do certame.

5.3. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, deverá no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas antes** da data prevista para a abertura do certame, prestar os esclarecimentos por ventura solicitados.

5.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico (site oficial do **SESC/AR/CE** e **COMPRASGOV**) para conhecimento de todos os interessados.

5.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, **caso seja alterado a formulação da proposta de preço**, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) e no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRASGOV, preferencialmente por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto a sítio governamental, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do **SESC DO ESTADO DO CEARÁ** (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade da Cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7.1.1. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

7.2. A licitante deverá estar devidamente credenciada junto ao registro cadastral atualizado no SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) e no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRASGOV.

7.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. art. 26, § 4º, do Decreto n.º 10.024/2019.

7.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” ou assinalará em campo próprio do Sistema eletrônico COMPRASGOV, relativo às seguintes declarações:

- a) Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - b.1.) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - b.2.) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- d) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital;
- e) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - f.1.) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
 - f.2.) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - f.3.) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - g.1.) Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- i) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DO CONTRATO OU DA ORDEM DE FORNECIMENTO DELA DECORRENTE:

7.5.1. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e;

7.5.2. As empresas:

7.5.2.1. Apenadas com a suspensão do direito de licitar com o SESC/AR/CE (Resolução nº 1.593/2024) e com o SENAC/AR/CE (Resolução nº 1.270/2024), ou que se encontrem em processo de falência, fusão, cisão, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

7.5.2.2. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

7.5.2.3. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;

7.5.2.4. Cujo (s) sócio (s), gerente (s) ou diretor (es) sejam cônjuge (s), companheiro (s) ou parente (s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de dirigente ou empregado dos **SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS** ligados ao **Comércio de Bens Serviços e Turismo**.

8. DA AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO.

8.1. Não poderá participar da presente Licitação a empresa que, vencedora em licitação anterior, esteja em atraso na entrega, total ou parcial, dos bens ou serviços que lhe foram adjudicados, bem como, aquelas que, contratadas nos **últimos 06 (seis) meses**, tenham descumprido o contrato ou a Ata, independentemente da modalidade de aquisição, ou que tenha sofrido qualquer penalidade aplicada pelo **SESC** ou **SENAC**.

8.2. Constatada a existência de sanção ou inaptidão de participação, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, **por falta de condição de participação.**

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário para cada Lote, conforme o critério de julgamento estabelecido neste Edital, a ser preenchida nos campos próprios do sistema COMPRASGOV, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Após a finalização da fase de lances e então julgamento das propostas comerciais, a licitante melhor classificada deverá enviar no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação para análise.

9.3. O envio dos documentos de proposta e habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.4. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.6. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão realizar alterações na proposta comercial cadastrada anteriormente no sistema.

9.7. Os documentos que compõem a proposta comercial e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances quando do envio de tais documentos, mediante solicitação do pregoeiro via chat.

9.8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

9.8.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Serviço a ser executado;
- b) Unidade de execução dos serviços;
- c) Descrição do elevador, da plataforma e monta carga;
- d) Frequência/Unidade;
- e) Quantidade

9.8.1.1. Deverá atentar-se a descrição detalhada do objeto, as informações e especificações, no que for aplicável, todas necessárias a identificar os itens, as quais estarão constando no sistema COMPRASGOV.

9.8.2. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico o valor unitário/mensal de cada item e, se for o caso, de cada item que compõe o grupo/lote, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará. A nota fiscal deverá constar o valor referente ao fornecimento do item e sua entrega (imposto ISS deve ser recolhido pela contratada).

9.8.2.1. **Os valores unitários/mensais, e totais da proposta deverão ser expressos com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula.** Caso a licitante apresente proposta com mais de duas casas decimais, o sistema/pregoeiro realizará o arredondamento para duas casas decimais, utilizando a regra matemática padrão (menor que 5 arredonda para baixo, 5 ou maior para cima).

9.8.3. **Quando houver divergência do item cadastrado no sistema com o item da proposta inicial, ambas executadas pela licitante, o pregoeiro sinalizará para a devida correção, no entanto, havendo inércia ou permanência da licitante em sanar o erro, esta será automaticamente desclassificada.**

9.8.4. Não será aceita oferta de objeto com especificações de características inferiores das indicadas nos Anexos deste Edital. **Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema COMPRASGOV e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.**

9.8.5. No caso de sistema de registro de preços quando a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto na Resolução SESC nº 1.593/2024 e SENAC 1.270/2024, e da legislação vigente.

9.8.6. Na proposta cadastrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital.

9.8.7. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declara que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas Infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua execução em definitivo.
- c) Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- d) Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva à entidade contratante.
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- h) Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

9.9. A proposta deve estar nos padrões do ANEXO III do TR.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. No dia e na hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio COMPRASGOV.

10.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Incumbirá à licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes.

10.5. No dia e na hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública para verificação das Propostas de Preços e os documentos de Habilitação, de acordo com as normas pertinentes à modalidade de licitação prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC/AR/CE.

10.6. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro proceder-se-á ao pedido de PROPOSTAS DE PREÇOS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO através do sistema do COMPRASGOV, identificando-se com a razão social, o número de telefone e fax além dos dados bancário da licitante.

11. DA FASE COMPETITIVA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A abertura da presente licitação, com o início da fase de lances, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, no horário e no local indicados neste Edital.

11.2. Será desclassificada desde logo a licitante que no momento do preenchimento da Proposta Inicial no Sistema COMPRASGOV identifique sua empresa, salvo se a marca for inerente ao próprio fabricante/licitante, o que não se confunde quando da convocação para envio da proposta final e ajustada (quando couber ao objeto).

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.1. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas cadastradas para participação na fase de lances.

11.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário/mensal e total do item para o Lote correspondente.

11.6.2. Os preços deverão ser expressos em reais, **com até 2 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais**. Caso a licitante apresente proposta com mais de duas casas decimais, o sistema/pregoeiro realizará

o arredondamento para duas casas decimais, utilizando a regra matemática padrão (menor que 5 arredonda para baixo, 5 ou maior para cima).

11.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão.

11.8. A licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$0,05 (cinco centavos).

11.9.1. O Pregoeiro durante a sessão poderá estabelecer um intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, divergente do mencionado no item 11.9, entre cada nova rodada e/ou lances, com o fito de obtenção de celeridade e economicidade processual, realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, em estrita observância aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da publicidade.

11.10. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”** onde as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10.1. A etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, iniciará a etapa de lances fechado, onde o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10.3. A licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.10.4. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.10.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 11.10.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10.6. Poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechada atender às exigências de habilitação.

11.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

11.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, responsável pelo sistema COMPRASGOV.

11.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.14. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao SESC/SENAC/AR/CE, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

11.15. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

11.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

11.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

11.17.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será **suspensa e reiniciada após aviso** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18. O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido no Termo de Referência-Anexo I deste instrumento.

11.19. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta cadastrada previamente no sistema.

11.20. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. (**Acórdão nº 6192/2020 – primeira câmara/TCU**).

11.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24. A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.1.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo SESC/AR/CE.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.1.3. Em caso de problemas técnicos no sistema, as licitantes deverão entrar em contato com o COMPRAGOV, pois a comunicação com a CPL/Pregoeiro é sempre formal e mediante chat do sistema.

12.1.4. Com o intuito de tornar mais célere o processo, as licitantes deverão responder aos questionamentos formulados pelo pregoeiro no chat durante a fase de negociação no prazo de até 15 minutos. Caso não haja manifestação no prazo estipulado, caracterizar-se-á o abandono e, por conseguinte, a desclassificação da licitante em virtude de abandono. Nesse caso, a negociação será realizada com a próxima licitante na ordem de classificação.

12.1.5. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.2. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará os valores propostos e/ou negociados com a classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação, e solicitará para verificação os documentos de habilitação da licitante nos termos exigidos neste Edital.

12.3. Em caso de negociação frustrada com a classificada em primeiro lugar, permanecendo os valores oriundos da fase de lances acima do valor estimado, ou se a licitante não atender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de valores que atendam aos requisitos deste Edital.

12.4. O Sesc poderá realizar diligência (s) a qualquer tempo, mediante visitas in loco e/ou consulta a sites, portais e/ou correlatos que se façam necessárias, independentemente da fase do certame, mesmo durante a vigência do instrumento contratual.

13. DO ENVIO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS READEQUADAS

13.1. O pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada para no prazo **de até 2 (duas) horas**, após realizada a negociação, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado ou valor oriundo de negociação.

13.1.1. O prazo previsto no item 13.1 deverá ser cumprido e, caso a licitante não encaminhe a proposta readequada no prazo concedido, o processo será adjudicado, homologado e celebrado o Contrato tomando por base o último lance de menor valor registrado no sistema (proposta mais vantajosa), ou preço final reduzido (acordado no chat do sistema) após a fase de negociação com a licitante melhor classificada. Nas hipóteses o prazo de validade da proposta negociada inicia-se no primeiro dia útil subsequente a adjudicação do processo. (Nota explicativa: Adjudicação é o ato de atribuir ao licitante vencedor, após o julgamento das propostas, o objeto licitado, ao passo que a homologação é o ato realizado pela autoridade competente, após a fase de julgamento, adjudicação e decorridos todos os prazos de recurso, pelo qual se ratifica todos os atos anteriores, confirmando sua validade perante a lei).

13.1.2. A proposta de preços readequada deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, **conforme Modelo de Apresentação de Proposta - Anexo II**, e dela deverá constar:

- a) Identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);
- b) Indicação do responsável pela assinatura do Contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;
- c) **Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Em caso de recurso, suspende-se o prazo de validade da proposta até a divulgação do julgamento do recurso. **Nota explicativa, sobre o tema se manifestou o TCU:** "(...) O prazo de validade da proposta difere do prazo de validade do preço registrado na ata. *"Empresas habituadas a participar de licitações para registro de preços sabem que, independentemente, do prazo de validade da proposta que apresenta no certame (que será de 90 dias, se outro não estiver consignado no edital), estará obrigada a honrar o preço registrado na ata por todo o período de sua vigência"*, nos termos do Decreto 11.462/2013. Além disso, o mesmo decreto prevê *"condições em que os preços registrados poderão ou serão revistos"*. Por fim, acrescentou que *"a fixação do prazo de validade das propostas tem a ver com o tempo previsto para a conclusão do certame, e não com o prazo contratual de manutenção do preço ofertado na licitação"*(Acórdão 521/2014-Plenário, TC 024.936/2012-0)."
- d) Indicação única de preço (R\$) com exibição do valor unitário e total do item, em algarismos;
- e) Descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência, com a devida indicação do item e Lote a ser homologado.

13.1.3. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham folhas timbradas com o nome, o logotipo ou a logomarca da licitante.

13.1.4. O Pregoeiro examinará a proposta enviada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e/ou negociado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

- a) O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do **SESC/AR/CE** ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- b) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- c) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- d) Não serão aceitas propostas com valor unitário e global superior ao estimado e/ou negociados ou com preços manifestamente inexequíveis.
- e) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- f) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma da legislação, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I - Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

II - Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

- III - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
 - IV - Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - V - Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - VI - Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com o SESC/AR/CE ou com a iniciativa privada;
 - VII - Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - VIII - Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
 - IX - Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - X - Estudos setoriais;
 - XI - Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual e Municipal;
 - XII - Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;
 - XIII - Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 13.1.4.1. O Sesc poderá realizar diligência (s) a qualquer tempo, mediante visitas in loco e/ou consulta a sites, portais e/ou correlatos que se façam necessárias, independentemente da fase do certame, mesmo durante a vigência do instrumento contratual.

13.1.5. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- 13.1.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 13.1.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência-Anexo I;
- 13.1.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação e/ou negociado;
- 13.1.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida a demonstração;
- 13.1.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável, bem como apresentar alternativas de fornecimento ou de preço, para o mesmo produto e/ou serviço e;
- 13.1.5.6. No caso de desconformidade ao que preceitua o item 9.8.3 da Cláusula Nona.

13.2. Quando do envio da proposta reajustada, a licitante interessada poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.

13.2.1. Os preços ofertados, tanto na proposta cadastrada para a fase de lances como na proposta readequada, serão de única responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.2.2. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição.

13.3. Poderão ser exigidos, como critério de classificação de proposta, certificado, laudo ou documento análogo que tenha capacidade de demonstrar a qualidade do objeto ou processo de execução, emitido por instituição oficial competente ou por instituição credenciada, e/ou comprovação de que o objeto atende às normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

14.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União.
- c) Comissão de Análise de Infração Contratual SESC/SENAC/AR/CE;
- d) Departamento Nacional do Sistema Fecomércio;
- e) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no Portal de Transparência do Governo Federal e;
- f) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no Portal de Transparência do Governo Federal

14.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante;

14.1.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.1 deste edital.

14.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

14.2.1. Poderão ser solicitados os documentos pertinentes à habilitação também via sistema durante a sessão.

14.3. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

14.4. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.4.1. Poderão ser diligenciados aos sítios eletrônicos oficiais emissores da (s) documentações pertinentes à habilitação fiscal, para obtenção da (s) certidão (ões) atualizada (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

14.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Ressalvado o disposto no *item 14.2 (As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constam do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas)*, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

14.8. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;
- c) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório e de identificação de seus administradores;
- d) Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como ato de nomeação ou eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente.

14.9. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

14.9.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei.

14.9.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.9.5. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.9.6. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério do SESC/AR/CE**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.9.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.9.8. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.9.9 A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

14.10. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.10.1. Documentos para avaliação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, se for o caso, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, as quais deverão ser **expedidas até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação**, quando do documento não constar data expressa de validade;

b) Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido na alínea “a”.

14.10.2. Balanço Patrimonial já exigível e autenticado na Junta Comercial, vedada a sua substituição por balancetes (registrado) ou balanços provisórios.

14.10.3. No caso de empresas recém-constituídas, deve ser apresentado o Balanço de Abertura.

14.10.4. As comprovações e documentos acima mencionados poderão ser apresentados na modalidade digital (termo de abertura e encerramento – ECD, recibo de transmissão e balanço patrimonial) ou em cópias.

14.10.5. A boa situação Financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	
$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	
$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	

14.10.6. Somente serão habilitadas as licitantes cujo demonstrativo contábil acima referido permita verificar Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Solvência Geral (SG) e Índice de Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a 1,0 (um) com base nas fórmulas acima indicadas.

14.10.7. Serão consideradas como detentoras de capacidade Econômico Financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições acima.

14.10.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo estabelecido em qualquer dos índices referidos, deverão possuir Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do (s) item (ns) cotado (s) constante do Anexo I, a ser divulgado após a fase de lances, que deverá recair sobre o montante dos itens para os quais está classificada em primeiro lugar. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices Oficiais.

14.10.9. De acordo com a exceção prevista no § 2º do art. 1.179 do Código Civil Brasileiro c/c com o art. 170, IX da Constituição Federal de 1988, as licitantes que comprovarem sua condição de ME/EPP/MEI, por meio da apresentação do Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI), estão desobrigadas de apresentar balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, atendendo-se ao tratamento diferenciado

garantido constitucionalmente, apenas quanto às exigências deste critério de qualificação econômica e financeira. Contudo, as micro e pequenas empresas devem apresentar a última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica, como forma de demonstração da capacidade econômico-financeira.

14.10.10. Os critérios de qualificação econômica e financeira previstos no **item 14.10.2 (balanço patrimonial)** e seguintes, apenas serão exigíveis na hipótese de apresentação de proposta em **valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.

14.11. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.11.1. **Atestado (s) de Capacidade Técnica** fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa licitante executa ou executou, a contento, serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, plataformas elevatórias ou monta-cargas, em características e portes vultu compatíveis com o objeto deste instrumento, envolvendo ao menos dois equipamentos de capacidade mínima de 500 kg, assim como os itens do TR, que permita (m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, quantitativas e qualitativas, e demais documentos, quantidades e formalidades, porventura, exigidos no Termo de Referência.

14.11.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do órgão;

14.11.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o (s) atestado (s) deverá (ão) conter dados suficientes para identificação civil da declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa;

14.11.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

14.12. Conforme exigência no TR sobre a qualificação técnica, a licitante deve seguir e apresentar o que preceituam os itens 6.1.2.; 6.1.3.; 6.1.4.; 6.1.5. na Cláusula Sexta.

14.13. O não atendimento integral às exigências de habilitação técnica implicará na inabilitação da licitante, nos termos do presente Edital e Termo de Referência.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

15.1. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

15.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

15.1.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

15.2. No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que **COMPROVADAMENTE**, forem emitidos **SOMENTE** em nome da matriz, e vice-versa.

15.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões ou documentos apresentados, será considerado para esse fim, o prazo de 90 dias consecutivos descrito no instrumento convocatório.

15.5. Se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, deve ser analisada a documentação de habilitação da próxima licitante, na ordem de classificação de suas propostas, até que a seguinte classificada que preencha as condições de habilitação seja declarada vencedora.

15.6. É permitida a inclusão de documento complementar ou atualizado, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e seja comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentada sua proposta, que não foi juntada com os demais documentos por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

15.7. O não atendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da licitante ou interfiram substancialmente no conteúdo de sua proposta comercial, não importará na sua desclassificação/inabilitação ou na invalidação do certame.

15.8. A licitante que **abandonar** o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital ou quando oportunizado o envio, mediante solicitação do pregoeiro no momento oportuno, será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

15.9. Na hipótese de inabilitação de todos as licitantes ou de desclassificação de todas as propostas, poderá ser fixado novo prazo para apresentação de documentação de habilitação ou de propostas retificadas.

16. DOS RECURSOS

16.1. Após realização do julgamento das Propostas e da Habilitação das classificadas, qualquer licitante poderá, durante o prazo máximo de 10 (dez) minutos para cada uma destas fases acima mencionadas, a ser concedido na sessão pública, manifestar intenção de Recurso aos respectivos julgamentos, de forma imediata e em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

16.2. A intenção de Recurso e os Recursos eventualmente interpostos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de manifestar sua intenção e consequentemente interpor Recurso e o Pregoeiro estará autorizado a dar seguimento ao certame.

16.4. Caso apresentada a intenção de Recurso, a recorrente deverá apresentar as razões do Recurso no prazo **de 3 (três) dias úteis**, a contar da divulgação do resultado, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

16.5. O Recurso eventualmente apresentado será julgado por Comissão a ser designada, aos termos do estabelecido na **Portaria de Gestão Compartilhada SESC/SENAC/AR/CE nº 011/2024**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da finalização dos prazos de Recurso e contrarrazões.

16.6. O Recurso terá efeito suspensivo em relação aos itens dos lotes ou do lote completo que são objeto do Recurso, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.7. Não serão conhecidos os Recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

16.8. O acolhimento do Recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de Recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2 Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após o ato da homologação do certame, as licitantes cujas propostas não tenham sido recusadas serão convocadas, por e-mail, para manifestarem interesse em participar do cadastro de reserva. Aquelas interessadas deverão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

18.2. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas, cabendo à Comissão de Licitação informar data e hora para o procedimento, com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para os trâmites necessários.

18.3. O e-mail informará a data e a hora limites para que as licitantes exerçam seu direito de aderência ao cadastro. Caso as licitantes não se manifestem nesse período ocorrerá a preclusão do seu direito.

18.4. Se houver mais de uma licitante interessada em reduzir seus preços, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.5. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

19.1 A adjudicatária ficará obrigada a:

- a) **assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação;**
- b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, na proposta, no Contrato e na Ordem de Serviço;
- c) apresentar, a qualquer tempo, contados da solicitação do SESC/AR/CE, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa;

19.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de 90 (noventa) dias nos termos deste instrumento, sem convocação para assinatura do Contrato ou do Instrumento Equivalente, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

20. DA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. A Administração Regional do SESC assinará o Contrato com a empresa vencedora desta licitação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação expedida pelo setor competente, sob pena de decair do direito à contratação.**

20.2. **A recusa injusta da licitante vencedora em honrar a proposta,** assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a mesma às sanções previstas neste instrumento convocatório com fulcro na legislação pertinente.

20.3. O Contrato, depois de cumpridas as formalidades procedimentais, terá vigência imediata, e deverá atender a conformidade do termo de referência, e à solicitação/ordem de serviço do setor competente.

20.4. O SESC/AR/CE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados (ou produtos), se em desacordo com o Contrato.

20.5. A Contratada é obrigada a corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções detectadas, notadamente, mediante a substituição do objeto deste instrumento, que apresente (m) características divergentes daquelas especificadas no termo de referência.

20.6. A Contratada terá a responsabilidade de toda a documentação e equipamentos (descritos nas tabelas dos lotes) necessários à prestação de serviços, e responderá por todos os prejuízos, perdas e danos que o SESC/AR/CE venha a sofrer relativamente à prestação dos serviços pretendidos.

20.7. Como condição para expedição da Ordem de Serviço, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Pregão.

20.8. É facultado ao SESC/AR/CE, quando o adjudicatário não apresentar situação regular, no ato da emissão da Ordem de serviço ou, por qualquer outro motivo, descumprir as condições e/ou prazos preestabelecidos:

20.8.1. **Convocar as licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, hipótese em que o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para obtenção de um melhor preço; ou,

20.8.2. **Cancelar o processo de licitação.**

20.9. Homologado o procedimento licitatório, a licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocada para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de executar os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 31 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e .270/2024 SENAC.

21. DO CONTRATO

21.1. Os contratos terão prazo determinado, não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, **o limite máximo de 10 (dez) anos**, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 33 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC, desde que as condições permaneçam vantajosas.

21.2. As condições contratuais poderão ser alteradas por acordo entre as partes, desde que justificadas, as quais deverão constar em termos aditivos.

21.3. Os contratos poderão ser acrescidos em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo de aditivo, e as supressões poderão ser realizadas mediante acordo com o

SESC/SENAC/AR/CE e a Licitante, conforme art. 38 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

- a) As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.
- b) Em caso de obra ou serviço de engenharia, havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos da contratada, deverá ser restabelecido, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- c) Os acréscimos e as supressões devem ser sempre calculados sobre o valor inicial atualizado do Contrato.

21.4. A recusa injustificada em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante as seguintes penalidades:

I - Perda do direito à contratação;

II - Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital;

III - Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **SESC/AR/CE**, por prazo **não superior a 3 (três) anos**.

21.4.1. Haverá perda do direito de licitar com o **SESC/AR/CE** em abrangência nacional, **por prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos**, no caso de incidência das hipóteses previstas no art. 41 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

21.4.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Edital ou no Contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com o contratante, por prazo não superior a **3 (três) anos**.

21.5. As alterações que não ensejarem alteração contratual, cuja as hipóteses estão previstas no art. 43 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC, podem ser realizadas por simples Termo de Apostilamento dispensando a celebração de termo aditivo.

22. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. A execução do Contrato está definida nas Cláusulas Sétima, Oitava, Décima, Décima, Décima Quinta e Anexo III do TR.

23. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

23.1. O **SESC/AR/CE** indicará como gestores para acompanhar a execução dos serviços e para dirimir quaisquer dúvidas ou prestar outras informações sobre o objeto contratado, os **TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES) /UNIDADE (S) beneficiada (s) com a entrega do (s) item (ns) constante (s) do TR – Anexo I do Edital.**

23.2. Compete a cada **TÉCNICO**, acompanhar a entrega dos itens objeto da licitação, averiguar se estão conforme a descrição do TR – Anexo I do Edital e conforme a Proposta apresentada pela Contratada, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados no Contrato.

23.3. O Contrato, trará o nome e o contato dos **TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES) /UNIDADE (S) beneficiada (s) com a entrega do (s) item (ns) ou com a prestação dos serviços constante (s) do TR – Anexo I do Edital.**

23.4. Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o **SESC/AR/CE**.

23.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores do Contrato deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais – CAIC.

23.6. Os Fiscais/Gestores do Contrato poderão solicitar reuniões com os representantes da contratada, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto homologado e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

23.7. Os Fiscais/Gestores do Contrato, por amostragem ou solicitação periódica, poderão fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da Contratada, quando se tratar de Contrato que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

23.8. A fiscalização será exercida no interesse do **SESC/AR/CE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do **SESC/AR/CE** ou de seus agentes e prepostos.

23.9. A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

23.10. Homologado o procedimento licitatório, a licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocada para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de executar os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 31 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

23.11. Os gestores e fiscais do contrato estão definidos na Cláusula Décima Segunda do TR.

24. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

24.1. O TR menciona na Cláusula Nona.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento dos serviços objeto deste processo licitatório será efetuado conforme previsão no Termo de Referência e no Contrato, contados a partir da efetiva prestação/execução/entrega dos itens, mediante apresentação de Nota (s) fiscal (is) e certidões referentes à regularidade fiscal da empresa, que deverá (ão) ser entregue (s) ao **gestor do Contrato** e atestado (s) pelo mesmo.

25.2. A Nota Fiscal deverá indicar o número da autorização/ordem de serviço a qual estará vinculada, bem como, os seguintes dados bancários para pagamento: o nome do banco, o número da agência e da conta corrente da empresa.

25.3. O pagamento só será efetuado após a constatação, pelo **SESC/AR/CE** da regularidade fiscal da empresa, mediante a apresentação das certidões abaixo:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
- c) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF e;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas — CNDT.

25.3.1. Quando se tratar de execução de serviço ou entrega de produto continuado, a empresa deverá apresentar a Nota Fiscal, bem como as certidões referentes a regularidade fiscal da mesma, mensalmente, ou sempre que ocorrer a prestação do serviço e/ou entrega do produto licitado.

25.4. A contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Edital no momento da contratação e ao longo da prestação do serviço/fornecimento.

25.5. O preço a ser pago pelo **SESC/AR/CE** pertinente à execução do objeto do presente certame será no valor da proposta apresentada pela empresa, livre de quaisquer tributos, ônus, encargos, despesas, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará eventualmente pagos pela (s) licitante (s).

25.6. Discriminação detalhada dos itens do objeto:

25.6.1. O **SESC/AR/CE** é responsável pela retenção na fonte e recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, na qualidade de contribuinte substituto, portanto todas as notas fiscais de serviços emitidas por prestadores de serviços, **que sejam contribuintes** do ISSQN, sofrerão a retenção na fonte deste imposto, sendo obrigatório o destaque na nota fiscal **“ISS RETIDO NA FONTE”**.

25.7. Ao **SESC/AR/CE** fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, o serviço realizado (ou produto) não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no Termo de Referência do anexo I.

25.8. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

25.9. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo **SESC/AR/CE**, desde que não se verifiquem falhas na execução do objeto, e os prazos previstos na minuta do Contrato serão contados a partir do recebimento definitivo de cada fase.

25.10. A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.11. Como complementação ao pagamento dos serviços, seguir o que preceitua a Cláusula Quinta do TR.

26. DO REAJUSTE, DO REEQUILÍBRO E DA REPACTUAÇÃO

26.1. O Contrato poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no artigo 42 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

26.2. **Os Contratos poderão ter seus valores reequilibrados, para mais ou para menos, mediante solicitação fundamentada da Contratada**, demonstrando o fato superveniente, o nexo com o objeto e a demonstração analítica de quais itens da composição de preços foram impactados:

a) No caso de reequilíbrio econômico-financeiro, deverá restar demonstrado ausência de prejuízo ou vantagem desproporcional para as partes contratantes;

b) **O reajuste de preços deverá ser aplicado com interregno mínimo de 12 meses** e a indicação de índice específico, setoriais ou fórmula de reajustamento, compatível com o objeto da contratação e;

c) Poderá ser celebrada a **repactuação** nas contratações de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante a demonstração analítica da variação de custos, decorrentes de

acordo, convenção ou dissídio coletivo e demais despesas previstas em legislação pertinente ou dessa decorrentes.

26.3. Nas hipóteses de reajuste, o índice a ser aplicado será aquele que ordinariamente o Departamento Regional já aplica em seus instrumentos contratuais e congêneres.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Conforme previsão do art. 36 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC, a Licitante poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que não seja, expressamente, vedado no respectivo Termo de Referência, e desde que mantida sua responsabilidade perante o **SESC/SENAC/AR/CE**. Sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

28. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

28.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC aqueles que cometerem atos lesivos ao **SESC/SENAC/AR/CE**, assim definidos, no tocante a licitações e Contratos:

28.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

28.1.2. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços/fornecimento, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério do **SENAC/AR/CE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

28.1.3. Multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

28.1.4. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

28.1.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE** por um período não superior a 06 (seis) anos (*art. 39, inciso III combinado com os arts. 40 e 41 da Resolução 1.593/2024 SESC e 1.270/2024 SENAC*).

28.2. As multas aludidas no subitem imediatamente precedente não impedem que o **SESC/AR/CE** rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as demais sanções previstas nas normas reedoras desta licitação.

28.2.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com a contratante, por prazo não superior a 3 (três) anos;

28.3. Qualquer das multas previstas neste Edital, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **SESC/SENAC/AR/CE** à Contratada, ficando evidenciado que se o montante atingir valor superior responderá esta pela sua diferença, a qual, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

28.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a respectiva multa.

28.5. Na impossibilidade de ressarcimento do **SESC/SENAC/AR/CE** por meio de desconto, a licitante ficará obrigada a recolher a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do **SESC/SENAC/AR/CE**. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

28.6. Caso não ocorra o recolhimento na forma do item anterior, o **SESC/SENAC/AR/CE** está desde já autorizado a emitir em desfavor da contratada, boleto bancário no valor correspondente a multa aplicada, que poderá ser levado a protesto, bem como medidas judiciais cabíveis, caso não seja pago.

28.7. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante do Contrato, a exemplo: falhas ou em quantidade ou qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

28.7.1. Também estão sujeitos às **penalidades de multa e/ou suspensão** do direito de licitar e/ou contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a **LICITANTE** quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Retirada da proposta no curso do certame, após classificação das propostas, durante fase de lances e no curso etapa de habilitação, sem que a Comissão de Licitação tenha aceito as justificativas apresentadas;
- c) Recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo **SESC/SENAC/AR/CE**;
- d) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços/fornecimento contratados;
- e) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no Contrato;
- f) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- g) Irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;
- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- i) Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução do Contrato;
- j) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a licitante idoneidade para contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE**;
- k) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com o **SESC/SENAC/AR/CE**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- l) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com **SESC/SENAC/AR/CE**.
- m) Pedir desistência, **salvo** motivo justificado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, após a apresentação da Proposta.

28.7.2. Cancelamento e Rescisão:

28.7.2.1. A suspensão temporária do direito de licitar e/ou contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE**, o cancelamento dos preços registrados no Pregão e a rescisão contratual, poderão ser aplicadas à **Contratada**, após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévios.

28.7.2.2. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve prestação de serviço diferente do constante do Contrato, a exemplo: falhas, qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

28.7.2.3. É facultado ao **SESC/SENAC/AR/CE** exigir, ainda, da contratada, se não cumprir as obrigações assumidas, perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, especialmente as da Lei n.º 8.078, de 11.09.90.

28.7.2.4. As multas previstas neste item, somadas a todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 30% (trinta por cento) do valor global da contratação. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

28.7.2.5. O **SESCAR/CE** poderá rescindir o Contrato, independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, sem qualquer tipo de indenização, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Pela paralisação ou interrupção na execução dos serviços, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior;
- II. Pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas e/ou condições pactuadas no Contrato;
- III. Pela paralisação ou interrupção na execução do objeto por iniciativa do **SESC/SENAC/AR/CE**, ou por não mais lhe interessar dita prestação, sendo comunicado com antecedência mínima de 30 dias por Ofício ou Distrato Contratual.

28.8. Ainda, a Administração Regional do **SESC/SENAC/AR/CE**, por razão de interesse público ou por conveniência e oportunidade, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.

29. DO FOMENTO À INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

29.1. De acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I poderá ser realizada a implantação de programa de integridade pela licitante vencedora, no prazo de **6 (seis) meses**, contados a partir da celebração da Ata de Registro de Preços, principalmente nas hipóteses de contratação de grande vulto ou de grande complexidade.

29.2. Em caso de previsão do disposto no item anterior, o programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de conformidade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, e atos ilícitos, fomentando a manutenção de uma cultura de integridade no ambiente organizacional.

29.3. Sempre que possível, e de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I, deverão ser seguidas as diretrizes referentes à sustentabilidade previstas no art. 23 da Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

30. DA SUSTENTABILIDADE

30.1. A Contratada deverá observar, durante a execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, priorizando o uso racional de recursos e a destinação adequada de resíduos sólidos e materiais contaminados (óleos, graxas e panos de limpeza), conforme legislação vigente.

30.2. Sempre que possível, deverão ser utilizados produtos biodegradáveis, materiais recicláveis e equipamentos de baixo consumo energético, compatíveis com as exigências técnicas do serviço.

31. DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

31.1. A (s) licitante (s) concorda (m) que executarão as obrigações contidas neste Edital e anexos de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao **SESC/SENAC/AR/CE** na forma da lei vigente.

a) A (s) licitante (s) assume (m) que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SESC/SENAC/AR/CE**.

b) Nenhuma das licitantes poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta

quanto ao objeto deste Edital, ou de outra forma que não relacionada nesta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

c) A (s) licitante (s) se compromete (m) a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste instrumento.

32. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

32.1. A CONTRATADA se obriga, além das Cláusulas constantes neste instrumento e no Contrato, também a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), procedendo ao tratamento de dados e se comprometendo a manter o sigilo das informações prestadas pelo SESC/SENAC.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. O SESC/SENAC/AR/CE poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou incutir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

- a) adiamento ou suspensão da licitação;
- b) revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
- c) alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da sessão.

33.1.1. A anulação da licitação induz à do Contrato.

33.1.1.1. A presente licitação deverá ser anulada a qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou cancelada/revogada por conveniência do SESC/SENAC/AR/CE, com devida justificativa, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

33.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, aos termos do art. 60 da Resolução Sesc nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC, observar-se-á o que se segue:

33.2.1. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

33.2.2. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no SESC/SENAC/AR/CE.

33.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.4. A Licitante é a responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o houver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

33.5. A simples apresentação de documentação não acarreta compromisso de contratação por parte do SESC/SENAC/AR/CE, importando, porém, para a Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições da qualificação e dos termos deste Edital.

33.6. O procedimento licitatório não tem natureza jurídica de proposta de contratação, de forma que instrumentos convocatórios deverão assegurar à contratante o direito potestativo de cancelar a licitação a qualquer momento, sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

33.7. O foro de Fortaleza, Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

34. DOS ANEXOS

- 34.1. Integram o presente edital as condições, o detalhamento e as especificações do objeto licitado:
- 34.1.1. As condições, o detalhamento e as especificações do objeto licitado – TR (Anexo I);
- 34.1.2. Cadernos de Especificações com PMOC das Unidades Contempladas (Anexo II);
- 34.1.3. PMOC ÚNICO – Plano de Manutenção, Operação e Controle (Anexo III);
- 34.1.4. Minuta da Proposta (Anexo IV) e;
- 34.1.3. Minuta do Contrato (Anexo V).

Fortaleza, Ceará, 28 de janeiro de 2026.

Anna Noeme Santos da Silva
Membro da Comissão

Antonio Diego Pereira Rocha
Membro da Comissão

Luciana Pontes da Silva Paiva
Membro da Comissão

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Fundamento Legal: Art. 6º, IV, da Resolução SESC Nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de elevadores, plataformas elevatórias e montacargas, instalados nas unidades do SESC e SENAC – Administração Regional do Ceará**, conforme quantitativos, especificações técnicas e locais descritos no Anexo I.

1.2. Os serviços compreendem a **assistência técnica periódica e a manutenção dos equipamentos**, com fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, lubrificantes e materiais de limpeza necessários à execução dos serviços, sem inclusão de peças e acessórios, que serão adquiridos mediante laudo técnico de necessidade emitido pela contratada e aprovado pelos Contratantes, conforme disposto neste instrumento.

1.3. As manutenções deverão seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas da ABNT aplicáveis (em especial NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083, NBR 15597 e demais correlatas), bem como o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC constante do Anexo II deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela natureza contínua e essencial dos serviços de manutenção de equipamentos de transporte vertical, cuja operação segura é imprescindível à acessibilidade, segurança dos usuários e continuidade das atividades institucionais.

2.2. A manutenção preventiva regular evita paradas inesperadas, acidentes e custos corretivos elevados, assegurando a conformidade com as normas ABNT NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083 e NBR 15597, bem como com o Regulamento Técnico de Elevadores – INMETRO.

2.3. Ademais, a padronização da manutenção sob um único contrato possibilita melhor controle técnico, uniformidade de procedimentos, rastreabilidade das intervenções e economia de escala.

3. VIGENCIA DO CONTRATO

3.1. O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 10 anos, desde que permaneça vantajoso, com base no Art. 33 da RESOLUÇÃO SESC nº 1593/2024 e da RESOLUÇÃO nº 1.270/2024 SENAC.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Será adotado o tipo de licitação **“Menor Preço por Lote”**, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, conforme disposições das Resoluções SESC nº 1.593/2024 e SENAC nº 1.270/2024.

4.2. O julgamento das propostas será realizado com base no **menor preço por lote**, observados os prazos, condições e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. A licitação por lote tem por objetivo assegurar maior eficiência técnica, padronização de atendimento e controle unificado de manutenção, considerando que os serviços envolvem equipamentos com características e marcas variadas, distribuídos em múltiplas unidades operacionais.

4.4. Essa forma de julgamento visa garantir:

- a) unidade técnica de execução, com padronização de procedimentos de manutenção, relatórios e controles de desempenho;
- b) melhor aproveitamento logístico, com atendimento coordenado e gestão integrada pela mesma contratada;
- c) redução de custos administrativos, evitando múltiplas contratações e fragmentação da responsabilidade técnica;
- d) melhor controle da Fiscalização, concentrando o gerenciamento contratual sob um único prestador por lote.

4.5. Cada lote compreenderá os equipamentos vinculados às unidades do SESC/AR/CE e do SENAC/AR/CE, conforme quantitativo e endereços constantes no Anexo I, sendo facultada a participação de licitantes em um ou em ambos os lotes.

4.6. O julgamento das propostas observará a conformidade técnica mínima exigida e o preço total por lote, não sendo admitida proposta que apresente valores unitários simbólicos, inexequíveis ou globalmente incompatíveis com o mercado.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo Gestor da Contratação, mediante crédito em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.2. A nota fiscal ou fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo mencionado no subitem anterior passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido e validado.

5.3. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto não forem cumpridas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, bem como as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.4. É vedado o pagamento antecipado ou antes da efetiva execução dos serviços, bem como quando estes não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

5.5. A liberação dos pagamentos ficará condicionada à apresentação atualizada das seguintes certidões de regularidade fiscal e trabalhista:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

6. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

6.1. A licitante deverá comprovar, por meio de documentos idôneos, sua capacidade técnica para execução dos serviços objeto desta contratação, mediante a apresentação dos seguintes requisitos:

6.1.1 Atestados de Capacidade Técnica

- Emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executa ou executou, a contento, serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, plataformas elevatórias ou monta-cargas, em características e portes compatíveis com o objeto desta contratação, envolvendo ao menos dois equipamentos de capacidade mínima de 500 kg. Os atestados devem conter identificação do contratante, descrição dos serviços executados, local de execução, período de execução e nome/qualificação do responsável técnico pelo serviço.
- Os atestados deverão conter identificação do contratante, local de execução, descrição dos serviços prestados, período de realização e assinatura do responsável técnico.

6.1.2 Registro no CREA e Responsável Técnico

- Comprovar o registro ativo da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, compatível com o ramo de atividade da contratação.
- Deverá ser indicado profissional legalmente habilitado (Engenheiro Mecânico, Eletricista ou de Automação) como Responsável Técnico (RT) pelos serviços, apresentando Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) que evidenciem experiência em manutenção de elevadores ou equipamentos de transporte vertical.

6.1.3 Equipe Técnica

- Apresentar relação nominal dos profissionais que comporão a equipe de manutenção, contendo nome completo, função e qualificação técnica, devendo comprovar que dispõe de técnicos capacitados e experientes, com no mínimo 2 (dois) anos de atuação comprovada em serviços de manutenção de elevadores ou plataformas verticais.
- A comprovação poderá ser feita mediante cópia de registro profissional, contrato de trabalho, declaração de vínculo ou CTPS.

6.1.4 Ferramental, Instrumentos e Equipamentos

- Declarar, sob responsabilidade da licitante, que possui ou manterá à disposição todos os instrumentos, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo dispositivos de teste, medição elétrica, EPI's e ferramentas específicas exigidas pelas normas técnicas vigentes.

6.1.5 Substituição da Equipe Técnica

- A substituição de qualquer membro da equipe técnica indicada somente será admitida mediante prévia comunicação e aprovação da Fiscalização da Contratante, devendo o profissional substituto atender à mesma qualificação técnica e comprovar experiência equivalente.

6.2. O não atendimento integral às exigências de habilitação técnica implicará na inabilitação da licitante, nos termos do presente Termo de Referência.

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem a manutenção preventiva, corretiva e emergencial de elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas, instalados nas unidades do SESC e SENAC/AR/CE, conforme relação e especificações constantes no Anexo I e Anexo II (PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle).

7.1.1 Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva consiste na execução mensal de inspeções, limpezas, ajustes, regulagens, lubrificação e testes de funcionamento, conforme cronograma aprovado pela Fiscalização dos Contratantes e observância às normas da ABNT aplicáveis (NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083, NBR 15597 e correlatas).

Durante a manutenção preventiva deverão ser executadas, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) Inspeção de cabos de tração, limitadores de velocidade, freios, amortecedores, polias, trilhos, portas, dispositivos de segurança e sistemas elétricos e eletrônicos de comando;
- b) Verificação de níveis de ruído, vibração e alinhamento de motores e redutores;
- c) Lubrificação de componentes móveis conforme especificações do fabricante;
- d) Teste de dispositivos de emergência, alarme, interfone e iluminação de cabine;
- e) Avaliação do nivelamento, aceleração e frenagem da cabine;
- f) Limpeza e conservação das casas de máquinas, poços, cabinas e portas de pavimento;
- g) Verificação e correção de falhas identificadas em componentes de segurança;
- h) Registro de todas as intervenções em Relatório de Manutenção Mensal, assinado pelo técnico executor e pelo Fiscal da Contratante.

7.1.2 Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva tem por finalidade restabelecer as condições normais de funcionamento dos equipamentos, mediante atendimento a chamados técnicos, sempre que houver falha, parada ou anomalia operacional.

Deverão ser observados os seguintes parâmetros:

- a) O atendimento deverá ocorrer em até 30 (trinta) minutos em Fortaleza e em até 2 (duas) horas nas demais localidades, contados do recebimento da solicitação da Contratante;
- b) A Contratada deverá manter canal de atendimento permanente (24h), inclusive sábados, domingos e feriados, para chamados emergenciais e situações de passageiros retidos;
- c) A liberação de passageiros presos na cabine deverá ser realizada exclusivamente por técnico habilitado da Contratada ou, em caráter emergencial, pelo Corpo de Bombeiros, sendo obrigatória a posterior vistoria técnica do equipamento antes do retorno à operação;
- d) Os serviços corretivos deverão ser acompanhados de relatório detalhado, com diagnóstico da falha, providências adotadas e recomendação de substituição de peças, quando necessário;
- e) É vedada qualquer intervenção que comprometa a segurança ou que não tenha prévia autorização da Fiscalização dos Contratantes.

7.1.3 Auditoria Técnica e Inspeção Anual

A Contratada deverá realizar, uma vez por ano, auditoria técnica completa nos equipamentos, verificando desempenho, conformidade de segurança e estado geral dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos.

O relatório de auditoria deverá conter:

- a) resultados dos testes de segurança;
- b) medições de desempenho;
- c) diagnóstico preventivo;
- d) recomendações de modernização ou ajustes normativos;
- e) assinatura do Responsável Técnico (RT) com respectiva ART.

7.1.4 Relatórios e Comunicação

A Contratada deverá apresentar, mensalmente, à GEINFRA:

- a) Relatório consolidado de manutenção preventiva e corretiva, contendo data, hora, tipo de serviço, tempo de atendimento, peças substituídas e observações técnicas;
- b) Registros fotográficos de intervenções relevantes;
- c) Comunicado imediato em caso de falha grave, acidente ou evento que coloque em risco a segurança dos usuários, com relato circunstanciado em até 24 (vinte e quatro) horas;
- d) PMOC atualizado e assinado pelo Responsável Técnico, anexado à medição mensal.

7.1.5 Condições Gerais de Execução

- a) Todos os serviços deverão ser realizados por técnicos uniformizados e identificados, portando crachá, EPI's e ferramentas adequadas;
- b) É de responsabilidade da Contratada manter os locais de trabalho limpos e organizados, removendo resíduos e materiais após cada atendimento;
- c) A Contratada deverá assegurar a integridade física de seus colaboradores e usuários, observando integralmente as normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-12 e NR-18);
- d) As visitas técnicas e os atendimentos deverão ser previamente registrados junto à unidade atendida e atestados pelo Fiscal local;
- e) Todos os serviços deverão estar alinhados ao PMOC aprovado e às recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

8. AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

8.1. A presente contratação não inclui o fornecimento de peças e componentes de reposição, os quais deverão ser adquiridos separadamente, conforme necessidade identificada durante a execução dos serviços de manutenção.

8.2. A substituição de peças, conjuntos ou acessórios somente poderá ocorrer mediante emissão de Laudo Técnico de Necessidade, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico da Contratada, descrevendo:

- a) o diagnóstico da falha ou desgaste;
- b) a identificação completa da peça (marca, modelo, número de série e posição no equipamento);
- c) a justificativa técnica para a substituição;
- d) o orçamento detalhado contendo valores unitários, prazos de fornecimento e garantia do fabricante.

8.3. O laudo técnico deverá ser submetido à aprovação prévia da Contratante (GEINFRA), que poderá realizar análise técnica comparativa, solicitar novos orçamentos ou, se entender conveniente, realizar aquisição direta da peça junto ao fornecedor de sua escolha.

8.4. As peças a serem utilizadas deverão ser originais ou equivalentes de primeira linha, certificadas pelo fabricante do equipamento, apresentando documentação de procedência, nota fiscal e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

8.5. A utilização de peças não originais ou sem comprovação de equivalência técnica dependerá de autorização formal da GEINFRA, sob pena de recusa da medição mensal e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

8.6. Quando a substituição implicar em risco de segurança, paralisação prolongada ou necessidade de desmontagem estrutural, a Contratada deverá comunicar previamente a GEINFRA e obter autorização expressa antes de iniciar a intervenção.

8.7. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Fiscalização para vistoria e conferência física por, no mínimo, 30 (trinta) dias após o serviço, devendo a Contratada garantir o descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis, conforme normas vigentes.

8.8. A Contratada será integralmente responsável pelos danos decorrentes da utilização de peças inadequadas, falsificadas ou incompatíveis com o modelo do equipamento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência.

9. GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

9.1. A Contratada deverá assegurar a perfeita execução dos serviços prestados, respondendo integralmente pela qualidade técnica, segurança e desempenho dos equipamentos após cada intervenção de manutenção preventiva ou corretiva.

9.2. Todos os serviços executados, bem como as peças substituídas, deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, montagem ou execução, contados a partir da data de emissão do relatório técnico correspondente e aceite da Fiscalização.

9.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada deverá, sem ônus adicional para a Contratante, refazer o serviço ou substituir as peças que apresentarem falhas, defeitos ou desempenho inadequado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da comunicação formal pela Fiscalização.

9.4. A garantia não se restringe à reposição da peça, mas abrange todas as despesas decorrentes da substituição ou retrabalho, incluindo transporte, deslocamento, mão de obra, testes e eventuais ajustes necessários ao pleno restabelecimento das condições de operação.

- 9.5.** A Contratada deverá manter Responsável Técnico habilitado e registrado no CREA durante toda a vigência contratual, sendo este o responsável pela assinatura dos relatórios de manutenção, PMOC, laudos técnicos e ARTs, conforme determina a legislação profissional vigente.
- 9.6.** O Responsável Técnico responderá, nos termos do art. 618 do Código Civil e da ABNT NBR 16083:2022 (Manutenção de Elevadores – Diretrizes e Procedimentos), pela solidez, estabilidade e desempenho do serviço executado, inclusive no que se refere à segurança dos usuários e à conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- 9.7.** A responsabilidade técnica subsistirá mesmo após o término do contrato, durante o período de garantia, respondendo a Contratada por vícios ocultos, falhas de manutenção ou negligência comprovada que venham a comprometer o funcionamento do equipamento.
- 9.8.** Caso seja constatado defeito decorrente de má execução, uso de materiais inadequados ou ausência de manutenção preventiva, a Contratada deverá corrigir as irregularidades imediatamente, sem ônus para a Contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e possível comunicação ao CREA.
- 9.9.** A Contratada é ainda responsável por danos causados a pessoas, bens ou instalações, em decorrência de falhas na execução dos serviços, sendo obrigada a reparar integralmente os prejuízos comprovados, sem prejuízo das penalidades administrativas e civis cabíveis.
- 9.10.** A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a substituição do Responsável Técnico que não esteja cumprindo adequadamente suas obrigações ou que não atenda aos requisitos técnicos exigidos, devendo a Contratada indicar substituto devidamente habilitado e obter aprovação formal da GEINFRA.

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1.** Executar os serviços contratados de forma contínua, segura e eficiente, observando fielmente as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083, NBR 15597 e correlatas), as recomendações dos fabricantes e o PMOC constante deste Termo de Referência;
- 10.2.** Designar preposto e responsável técnico devidamente habilitados para responder pelo acompanhamento das atividades, pela interlocução direta com a GEINFRA e pela assinatura dos relatórios técnicos e ARTs;
- 10.3.** Manter equipe treinada, uniformizada, identificada e equipada com EPI's adequados, responsabilizando-se integralmente pela segurança e integridade física de seus empregados e de terceiros envolvidos nas atividades;
- 10.4.** Executar todos os serviços preventivos e corretivos, inclusive os emergenciais, dentro dos prazos estabelecidos e conforme os níveis de serviço (SLA) definidos neste TR;
- 10.5.** Manter canal de atendimento permanente (24 horas) para comunicação de falhas, panes ou solicitações emergenciais, com registro formal de atendimento e tempo de resposta;
- 10.6.** Fornecer à Fiscalização, até o 5º dia útil de cada mês, o Relatório Consolidado de Manutenção, contendo todas as intervenções realizadas, laudos técnicos, registros fotográficos e recomendações de melhorias;
- 10.7.** Responder civil, trabalhista e criminalmente por danos causados à Contratante, a seus usuários ou a terceiros, decorrentes de falhas de execução, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos;
- 10.8.** Manter atualizadas e válidas todas as certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias, condição indispensável para o recebimento das medições mensais;

10.9. Zelar pela integridade dos equipamentos e instalações, não realizando qualquer alteração, ajuste ou modificação estrutural sem prévia autorização da GEINFRA;

10.10. Adotar todas as medidas necessárias para preservação ambiental e destinação adequada de resíduos provenientes das atividades de manutenção, observando a legislação vigente;

10.11. Permitir, sempre que solicitado, o acesso da Fiscalização e do Gestor do Contrato às dependências e equipamentos objeto da manutenção, prestando informações e esclarecimentos necessários;

10.12. Cumprir integralmente as obrigações contratuais e legais relativas aos seus empregados, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho;

10.13. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a segurança ou o funcionamento dos equipamentos, adotando as medidas emergenciais cabíveis.

11. RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES

11.1. Disponibilizar à Contratada o acesso autorizado aos locais de execução dos serviços, garantindo as condições operacionais necessárias ao bom andamento das atividades;

11.2. Designar Gestor e Fiscal do Contrato, responsáveis pelo acompanhamento, conferência e atesto dos serviços executados;

11.3. Analisar e aprovar os laudos técnicos, relatórios mensais e orçamentos de peças, dentro dos prazos razoáveis para não prejudicar a continuidade dos serviços;

11.4. Comunicar à Contratada, com a maior brevidade possível, quaisquer anormalidades verificadas nos equipamentos que requeiram atendimento técnico;

11.5. Providenciar o atesto das notas fiscais após a conferência dos serviços executados e da documentação de regularidade exigida;

11.6. Prestar à Contratada as informações técnicas e operacionais necessárias ao pleno cumprimento das obrigações contratuais;

11.7. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando ocorrências e mantendo arquivo atualizado dos relatórios, comunicações e comprovantes relativos à execução contratual;

11.8. Cumprir com as obrigações de pagamento nas condições e prazos previstos neste Termo de Referência, desde que devidamente atestados os serviços.

12. GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela **Camila Lopes da Silva** (Supervisora da Gerência de Infraestrutura Sesc e Senac - GEINFRA), responsáveis por:

- a. acompanhar a execução dos serviços;
- b. atestar as notas fiscais e relatórios mensais;
- c. registrar ocorrências e comunicar eventuais não conformidades;
- d. propor à Administração medidas corretivas ou sanções, quando cabíveis.

12.2. Caberá à Contratada manter comunicação direta e tempestiva com o Gestor e o Fiscal do Contrato, respondendo prontamente às solicitações e apresentando toda a documentação técnica e administrativa exigida.

12.3. FISCAIS:

SESC FORTALEZA- SAMUEL SANTOS – SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO

SESC CENTRO – LUIZ ROBERTO LIMA BARROS- SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO

SESC IPARANA – ANTONIO SAMUEL MOREIRA DA SILVA– SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

SENAC PANORAMA - ANTONIO JOSE PONTE DIAS JUNIOR- COORDENADOR

SESC PANORAMA – LUIZ ROBERTO LIMA BARROS- SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO

SENAC CENTRO – LUÍSA FLAVIA BERNARDO – SUPERVISORA ADMINISTRATIVA

SENAC REFERENCE- RICARDO MATEUS- COORDENADOR

ADMINISTRAÇÃO ANEXO – HELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

SESC SOBRAL – ANNA ZELIA VIEIRA PARENTE

SESC CRATO – ELENIR CARDOSO BRITO

SENAC JUAZEIRO – CRISTIANO

SENAC IGUATU – LIDUINA FRANCO

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo mediante autorização expressa e prévia da GEINFRA, devidamente justificada e formalizada.

13.2. A Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução dos serviços, pela qualidade técnica, pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus empregados e prepostos, bem como pelos danos que vierem a causar à Contratante ou a terceiros.

14. DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

14.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas no Edital, nos anexos, nesta Ata e nos aditivos quando formalizados de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao SENAC/CE na forma da lei vigente.

- I. As partes assumem que são expressamente contrários à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do SESC/SENAC.

- II. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata e dos aditivos quando formalizados, ou de outra forma que não relacionada nesta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- III. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste instrumento.

15. SUSTENTABILIDADE

15.1. A Contratada deverá observar, durante a execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, priorizando o uso racional de recursos e a destinação adequada de resíduos sólidos e materiais contaminados (óleos, graxas e panos de limpeza), conforme legislação vigente.

15.2. Sempre que possível, deverão ser utilizados produtos biodegradáveis, materiais recicláveis e equipamentos de baixo consumo energético, compatíveis com as exigências técnicas do serviço.

Camila Lopes Ximenes Teles
Elaboradora do Termo de Referência
Supervisora Administrativo - GEINFRA

Maria Aline Delmondes Guimaraes
Gerente de Engenharia e Infraestrutura - GEINFRA

APROVO o presente Termo de Referência, considerando a importância da contratação para as atividades da CONTRATANTE, em face das justificativas formuladas pela área técnica.

ANEXO II CADERNOS DE ESPECIFICAÇÕES COM PMOC DAS UNIDADES CONTEMPLADAS

OBJETIVO: Nesse anexo está compilado todos os PMOC's dos elevadores contemplados por esse TR. Os PMOC's estão dispostos em forma de Manual técnico para execução de serviços.

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

UNIDADES SESC
SESC CENTRO - CNPJ: 03.612.122/0003-99- Rua 24 de maio, 692, Centro- CEP: 60020-000 Fortaleza-CE
SESC FORTALEZA - CNPJ: 03.612.122/0002-08- Rua Clarindo de Queiroz, 1740 - centro, Fortaleza - Ce, 60035-130
SESC TORRE SAÚDE - CNPJ: 03.612.122/0048-90- AV DUQUE DE CAXIAS,Nº 1701,BAIRRO : CENTRO,FORTALEZA,CEP:60.035-111
SESC IPARANA - CNPJ: 03.612.112/0004-70- Av.José Alencar, 150- IPARANA- CEP: 606227-110

SESC JUAZEIRO- CNPJ: 03.612.122/0006-31- RUA DA MATRIZ, Nº 227 - BAIRRO: CENTRO, JUAZEIRO DO NORTE, CE - CEP: 63.010-040
SESC SOBRAL CENTRAL- CNPJ: 03.612.122/0005-50 - Rua Boulevard João Barbosa, 902, Centro- CEP: 62010-190- Sobral
SESC SOBRAL JUNCO/EDUCAR- CNPJ: 03.612.122/0018-75 - Rua Clotário Aguiar, 1245, Campos Dos Velhos CEP:62030-190- Sobral-Ce
SESC CRATO- CNPJ: 03.612.122/0007-12 - Rua André Cartaxo,443, Centro, CEP: 63100-170 Crato-Ce
SESC IGUATU – CNPJ: 03.612.122/0008-01- RUA TREZE DE MAIO, Nº 1130 - BAIRRO: CENTRO, IGUATU, CE - CEP: 63.500-005
SESC ANEXO – ADMINISTRATIVO- CNPJ: 03.612.122/0024-13- Rua Pereira Filgueiras, 1085, Aldeota- CEP: 60160-194- Fortaleza-CE
UNIDADES SENAC
SENAC ALDEOTA- CNPJ: 03.648.344/0020-62- Rua: Desembargador Moreira, 1303, Aldeota CEP: 60170-001 Fortaleza
SENAC PANORAMA- CNPJ: 03.648.344/0026-58- RUA SENADOR JAGUARIBE, 324, BAIRRO: MOURA BRASIL, FORTALEZA - CE, CEP 60.010-010
SENAC CENTRO- CNPJ: 03.648.344/0001-08- AV. Tristão Gonçalves, 1245 Centro CEP: 60.015-000 Fortaleza
SENAC MARANGUAPE- CNPJ: 03.648.344/0021-43- Rua Coronel Manoel Paula, 175 Centro- CEP: 61.940-065- Maranguape-Ceará
SENAC JUAZEIRO- CNPJ: 03.648.344/0005-23- Rua São Luiz, S/N São Miguel- CEP: 63010-462- Juazeiro do Norte
SENAC IGUATU - CNPJ: 03.648.344/0002-80 - Rua Treze de Maio, 1134 Centro CEP: 63500-000 - Iguatu
SENAC JUAZEIRO ANEXO - Rua Vicente patu, 782, Centro, CEP: 63.010-155, Juazeiro do Norte/Ce
SENAC CRATO – CNPJ: 03.648.344/0003-61R. DOM QUINTINO, PRAÇA DA SÉ, 596 - CENTRO, CRATO - CE, 63100-060
SENAC PANORAMA - CNPJ: 03.648.344/0026-58- Rua Senador Jaguaribe, 324, - MOURA BRASIL, 60010010, Fortaleza - CE

ANEXO III - PMOC ÚNICO – PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE

1. OBJETIVO

Estabelecer diretrizes gerais para o **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)** aplicável a todos os **elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas** das unidades operacionais do **SESC e SENAC – Administração Regional no Ceará**, assegurando o funcionamento seguro, contínuo e eficiente dos equipamentos de transporte vertical.

2. ABRANGÊNCIA

Este PMOC aplica-se a **todos os equipamentos de transporte vertical instalados nas unidades do SESC e SENAC/CE**, independentemente de marca, modelo, capacidade, número de paradas ou tipo de acionamento (tração, hidráulico, MRL, etc.). As informações específicas de cada equipamento deverão ser **levantadas e registradas pela Contratada vencedora**, sob responsabilidade de seu **Responsável Técnico**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias após a assinatura do contrato**.

3. RESPONSABILIDADE

A elaboração, execução e atualização do PMOC serão de **responsabilidade exclusiva da empresa contratada**, devidamente **registrada no CREA** e com **profissional habilitado como Responsável Técnico**, o qual deverá emitir e assinar a **ART correspondente**. Compete à **GEINFRA** acompanhar, fiscalizar e aprovar o conteúdo do PMOC, bem como manter cópia do documento atualizado em arquivo físico e digital.

4. PERIODICIDADE DAS MANUTENÇÕES

As atividades de manutenção deverão ocorrer **no mínimo uma vez por mês**, podendo ser complementadas por intervenções corretivas, emergenciais ou inspeções extraordinárias, sempre que houver anomalia operacional, falha de segurança ou solicitação da Contratante.

5. ATIVIDADES MÍNIMAS DO PMOC

Durante as manutenções preventivas, deverão ser observadas as seguintes atividades mínimas obrigatórias:

- Verificação e lubrificação de componentes mecânicos, rolamentos, polias, guias e eixos;
- Inspeção e ajuste de cabos de tração, limitadores de velocidade, freios e contrapesos;
- Teste dos sistemas de segurança e dispositivos de parada de emergência;
- Verificação dos sistemas elétricos, comandos, sensores e relés;
- Inspeção de portas de cabine e pavimento, contatos e travas;
- Teste de nivelamento, aceleração e frenagem;
- Limpeza e conservação da casa de máquinas, poço e cabina;
- Checagem de alarmes, interfone, iluminação e ventilação;
- Avaliação do desempenho e conforto operacional;
- Emissão de **relatório técnico de manutenção**, com data, hora, assinatura do técnico executor e do Fiscal da unidade.

6. RELATÓRIOS E REGISTROS

A Contratada deverá manter **registro histórico individualizado** de cada equipamento, contendo:

- Data das visitas e serviços realizados;

- Falhas encontradas e medidas corretivas;
- Peças substituídas e garantias aplicáveis;
- Medições e testes de desempenho;
- Assinatura do responsável técnico.

O relatório mensal consolidado deverá ser encaminhado à **GEINFRA** até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, acompanhando a medição correspondente.

7. AUDITORIA TÉCNICA ANUAL

A Contratada deverá realizar **auditoria técnica completa uma vez por ano**, avaliando o estado geral dos equipamentos, conformidade com normas técnicas e recomendações de modernização. O relatório de auditoria deverá conter medições, diagnóstico preventivo, recomendações e **ART assinada pelo Responsável Técnico**.

8. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

O PMOC deve estar acompanhado de:

- ART emitida pelo Responsável Técnico da Contratada;
- Relação atualizada de equipamentos atendidos;
- Cronograma mensal de manutenção;
- Procedimentos de segurança adotados;
- Plano de atendimento emergencial e resgate de usuários.

9. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

O PMOC deverá ser revisado:

- Sempre que houver **instalação, substituição ou modernização** de equipamento;
- Quando ocorrer **mudança de empresa contratada**;
- Ou a cada **12 (doze) meses**, para atualização das informações e validação pela GEINFRA.

ANEXO IV

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº

1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

ENDEREÇO COMERCIAL

CNPJ

REPRESENTANTE LEGAL QUALIFICADO

TELEFONE/FAX/E-MAIL

BANCO: (XXXXXX)

AGÊNCIA: (XXXXXX)

Nº DA CONTA CORRENTE: (XXXXXX)

2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

LOTE ÚNICO						
UNIDADES SESC						
Item	Unidades	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
01	SESC CENTRO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
02	SESC CENTRO	01 Elevador Social	Mês	12	R\$	R\$
03	SESC FORTALEZA	01 Elevador social marca ICP	Mês	12	R\$	R\$
04	TORRE SAÚDE	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
05	SESC IPARANA	02 ELEVADORES (Marcas YCP e Atlas)	Mês	12	R\$	R\$
06	SESC IPARANA	01 Monta carga	Mês	12	R\$	R\$
07	SESC SOBRAL CENTRAL	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
08	SESC SOBRAL JUNCO/EDUCAR	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
09	SESC CRATO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
10	SESC ANEXO – ADMINISTRATIVO	01 Elevador Social	Mês	12	R\$	R\$
11	SESC IGUATU	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
12	SESC JUAZEIRO SEDE	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
UNIDADES SENAC						
Item	Unidades	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
13	SENAC ALDEOTA	03 Elevadores SOCIAL (Marcas ESCAL/CLK e Atlas)	Mês	12	R\$	R\$
14	SENAC CENTRO	02 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
15	SENAC CENTRO	01 Monta Carga	Mês	12	R\$	R\$
16	SENAC CENTRO	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$

17	SENAC MARANGUAPE	01 Elevador social Marca Daiken	Mês	12	R\$	R\$
18	SENAC JUAZEIRO SEDE	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
19	SENAC JUAZEIRO FRANCISCANOS	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
20	SENAC CRATO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
21	SENAC IGUATU	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
22	SENAC PANORAMA	03 Elevadores marca OTIS	Mês	12	R\$	R\$

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026/SESC/SENAC/AR/CE

I - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – SESC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada pelo Decreto-Lei 9.853, de 13 de setembro de 1946, com inscrição no CNPJ/MF nº 03.612.122/0001-27 e o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC**, pessoa jurídica de direito privado, de formação profissional sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 03.648.344/0001-08, ambos pertencentes ao Sistema Fecomércio, através da sua Administração Regional no Estado do Ceará, com sede e foro na Rua Pereira Filgueiras, nº 1070, Aldeota, CEP nº 60.160-194, Fortaleza, Ceará, neste ato representado por Superintendente de Ações Integradas SESC-SENAC, conforme Resolução SESC nº 1.320/2023 e SENAC nº 016/2023, o Sr. **HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA**, doravante denominados **CONTRATANTES** e.

II - XXXXX, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXX, CNAE nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede e foro na XXXXXXXXXXXXXXXX, representado neste ato XXXXXXXX (em atenção à LGPD, os dados pessoais ficam arquivados no processo licitatório), doravante denominada **CONTRATADA**.

FUNDAMENTOS NORMATIVOS

Os fundamentos normativos que regulam o presente Contrato são os Regulamentos de Licitações e Contratos (Resolução nº 1.593/2024 SESC e 1.270/2024 SENAC), que norteou todo o Processo **Pregão Eletrônico SESC nº 054/2025 e 033/2025 SENAC** acompanhado do seu respectivo **Instrumento Convocatório SESC nº 012/2026 e 008/2026 SENAC**, bem como arts. 593 e seguintes do Código Civil Brasileiro que a **CONTRATADA** declara conhecer e aceitar, tudo tramitado e autorizado no **SEND 78802**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA – DO COMPROMISSO AO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1.1. A **CONTRATADA** obriga-se, além das Cláusulas constantes neste Contrato e aditivos sempre que formalizados, a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), procedendo ao tratamento de dados e comprometendo-se a manter o sigilo das informações prestadas pelo **SESC/SENAC/AR/CE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE ELEVADORES, PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS E MONTA-CARGAS, INSTALADOS NAS UNIDADES DO SESC E SENAC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CEARÁ, CONFORME QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E LOCAIS DESCRITOS NO ANEXO I DO TR.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Consigna-se de forma expressa as seguintes informações:

- a) processo compartilhado: **Sim, com o SENAC;**
- b) número do protocolo interno/SEND: **78802;**
- c) instrumento convocatório: **SESC nº XXX/2026 e xxx/2026 SENAC;**
- d) data da publicação: **XXXX;**
- e) data da homologação: **XXX;**
- f) natureza do objeto: **Serviços;**
- g) categoria do objeto: **40 - Outros;**

- h) critério de julgamento: **Menor Preço por Lote**;
i) e-mail e telefone do contratante/Sesc: **Camila Lopes Ximenes Teles** - cximenes@sesc-ce.com.br - (85) **3270.5857**;
j) e-mail e telefone da contratada: **XXXXXXXXXX**
k) **ID LICITA: XX.**

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

3.1. Constituem deveres do SESC/SENAC/AR/CE:

- a)** Relacionar-se com a **CONTRATADA** por intermédio de pessoa por ela credenciada;
- b)** Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de ordem de serviço;
- c)** Efetuar o pagamento regular da nota fiscal, desde que o serviço correspondente seja recebido pelo fiscal e a Nota Fiscal esteja devidamente atestada;
- d)** Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- e)** Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** a interrupção da disponibilidade do serviço a fim de que restabeleça o serviço contratado;
- f)** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para os **CONTRATANTES**;
- g)** Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas;
- h)** Nomear um ou mais empregados para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da **CONTRATADA** em relação ao acordo;
- i)** Fornecer aos empregados da **CONTRATADA** todos os esclarecimentos e condições necessárias para que a contratada possa prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, o contrato e o Termo de Referência;
- j)** Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o Contrato. Para que esta rejeição seja considerada válida, é necessário a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da Contratada;
- k)** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA** ou por seu preposto, proporcionando à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, de acordo com a as resoluções SESC/SENAC e suas alterações;
- l)** Estabelecer rotinas de serviço para auxiliar no devido cumprimento do objeto do Contrato;
- m)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e notifica-la por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- n)** Não tolerar a execução de tarefas em desacordo com as normas estabelecidas no instrumento contratual e na legislação de segurança existente;
- o)** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p)** Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela **CONTRATADA**, devidamente identificados, aos locais onde devam executar os serviços, tomando todas as providências necessárias;
- q)** Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- r)** Manter arquivado, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente termo, toda a documentação referente ao mesmo;
- s)** Comunicar à CAIC qualquer anormalidade ou infração contratual para que providências administrativas sejam tomadas.

3.2. A fiscalização será exercida por um representante da Administração Regional do **SESC/SENAC/AR/CE** designado, que deverá anotar todas as ocorrências, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Diretoria, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além das obrigações previstas no Edital, em especial no Termo de Referência – Anexo I, e na legislação pertinente, constituem deveres da Contratada:

- a) Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, mantendo equipe treinada, uniformizada, identificada e equipada com EPI's adequados, responsabilizando-se integralmente pela segurança e integridade física de seus empregados e de terceiros envolvidos nas atividades;
- b) Executar todos os serviços preventivos e corretivos, inclusive os emergenciais, dentro dos prazos estabelecidos e conforme os níveis de serviço (SLA) definidos neste TR;
- c) Designar preposto e responsável técnico devidamente habilitados para responder pelo acompanhamento das atividades, pela interlocução direta com a GEINFRA e pela assinatura dos relatórios técnicos e ARTs;
- d) O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) e e-mail com o fiscal do serviço, devendo atender aos chamados do **SESC/SENAC**, no prazo máximo estipulado pela gestão;
- e) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão **SESC/SENAC/AR/CE**, para o acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- f) Zelar e guardar o patrimônio e pela integridade dos equipamentos e instalações, não realizando qualquer alteração, ajuste ou modificação estrutural sem prévia autorização da GEINFRA do **SESC/SENAC/AR/CE**;
- g) Substituir, sempre que exigido pelos **CONTRATANTES** e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- h) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **SESC/SENAC/AR/CE**, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- i) Aceitar os acréscimos ou supressões sobre o objeto do Contrato;
- j) Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais (civil, trabalhista e criminalmente), causados aos **CONTRATANTES** ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências dos **CONTRATANTES**, desde que fique comprovada a responsabilidade, na legislação vigente;
- k) Executar os serviços contratados de forma contínua, segura e eficiente, observando fielmente as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083, NBR 15597 e correlatas), as recomendações dos fabricantes e o PMOC constante deste Termo de Referência;
- l) Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere aos **CONTRATANTES** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- m) Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou prejudiciais ao **SESC/SENAC/AR/CE**, vedado o retorno dos mesmos as dependências do **SESC/SENAC/AR/CE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados;
- n) Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço, permitindo, sempre que solicitado, o acesso da Fiscalização e do Gestor do Contrato às dependências e equipamentos objeto da manutenção, prestando informações e esclarecimentos necessários;
- u) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos **CONTRATANTES**, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- v) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do **SESC/SENAC/AR/CE**;
- x) Não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do **SESC/SENAC/AR/CE**, sob pena de rescisão contratual;
- y) Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelos **CONTRATANTES**;

- w) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **SESC/SENAC/AR/CE** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo ainda orientar seus empregados nesse sentido;
- z) Cumprir as normas e regulamentos internos do **SESC/SENAC/AR/CE**.

4.2. Arcar com as despesas pelo cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, encargos sociais, transporte, hospedagem, alimentação, frete, entrega, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e demais despesas diretas e/ou indiretas, necessárias à execução total do objeto contratado, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do **CONTRATANTE**, para com a **CONTRATADA** quanto a estas obrigações.

4.3. Cumprir as leis e regulamentos de que tratam a segurança do trabalho, bem como as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais postulados vigentes.

4.4. Cumprir os critérios de sustentabilidade quanto ao objeto do presente contrato, observando fielmente o que preceitua as boas práticas e a legislação vigente sobre a matéria para preservação ambiental e destinação adequada de resíduos provenientes das atividades de manutenção, observando a legislação vigente.

4.5. Não empregar menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos e não empregar trabalhadores em trabalhos degradantes ou forçados

4.6. Manter canal de atendimento permanente (24 horas) para comunicação de falhas, panes ou solicitações emergenciais, com registro formal de atendimento e tempo de resposta.

4.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências dos **CONTRATANTES** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços objeto do presente instrumento, devendo adotar as providências que exigir a legislação em vigor.

4.8. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte dos **CONTRATANTES**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

4.9. Responder perante os **CONTRATANTES** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto deste contrato.

4.10. Informar imediatamente aos **CONTRATANTES** toda e qualquer excepcionalidade durante a execução do objeto deste contrato, que possam por ventura atrasar o serviço e/ou as condições de entrega e execução.

4.11. Quando da necessidade de apresentação de relatórios que sejam impressos preferencialmente em papel reciclado.

4.12. A **CONTRATADA** deverá zelar pela imagem institucional dos **CONTRATANTES**.

4.13. Cumprir fielmente o objeto contratado de modo que se realize com esmero e perfeição e no prazo estabelecido, executando-o sob sua inteira responsabilidade e não transferir a terceiros a execução do objeto do presente instrumento, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização dos **CONTRATANTES**.

4.14. Fornecer à Fiscalização, até o 5º dia útil de cada mês, o Relatório Consolidado de Manutenção, contendo todas as intervenções realizadas, laudos técnicos, registros fotográficos e recomendações de melhorias.

4.15. Analisar e aprovar os laudos técnicos, relatórios mensais e orçamentos de peças, dentro dos prazos razoáveis para não prejudicar a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O valor global estimado do presente instrumento é de **R\$ XXXXX (XXXXXX)** alusivo ao valor dos serviços homologados e adjudicados em favor da **CONTRATADA**.

LOTE ÚNICO						
UNIDADES SESC						
Item	Unidades	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
01	SESC CENTRO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
02	SESC CENTRO	01 Elevador Social	Mês	12	R\$	R\$
03	SESC FORTALEZA	01 Elevador social marca ICP	Mês	12	R\$	R\$
04	TORRE SAÚDE	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
05	SESC IPARANA	02 ELEVADORES (Marcas YCP e Atlas)	Mês	12	R\$	R\$
06	SESC IPARANA	01 Monta carga	Mês	12	R\$	R\$
07	SESC SOBRAL CENTRAL	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
08	SESC SOBRAL JUNCO/EDUCAR	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
09	SESC CRATO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
10	SESC ANEXO – ADMINISTRATIVO	01 Elevador Social	Mês	12	R\$	R\$
11	SESC IGUATU	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
12	SESC JUAZEIRO SEDE	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
UNIDADES SENAC						
Item	Unidades	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
13	SENAC ALDEOTA	03 Elevadores SOCIAL (Marcas ESCAL/KLK e Atlas)	Mês	12	R\$	R\$
14	SENAC CENTRO	02 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
15	SENAC CENTRO	01 Monta Carga	Mês	12	R\$	R\$
16	SENAC CENTRO	01 Elevador social marca Atlas	Mês	12	R\$	R\$
17	SENAC MARANGUAPE	01 Elevador social Marca Daiken	Mês	12	R\$	R\$
18	SENAC JUAZEIRO SEDE	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
19	SENAC JUAZEIRO FRANCISCANOS	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
20	SENAC CRATO	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
21	SENAC IGUATU	01 Plataforma Elevatória	Mês	12	R\$	R\$
22	SENAC PANORAMA	03 Elevadores marca OTIS	Mês	12	R\$	R\$

- Valor total SESC XXXX
- Valor total SENAC XXXX

5.2. O pagamento será efetuado pelos Contratantes no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou fatura eletrônica detalhada, devidamente atestada pela gestão do contrato. A nota fiscal deverá discriminar de forma completa os serviços prestados no período e deve ser paga mediante crédito em conta corrente de titularidade da contratada.

5.2.1. A Contratada deverá emitir e encaminhar as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados até o dia 20 (vinte) de cada mês. Notas Fiscais enviadas após essa data não serão aceitas e devem ser canceladas e emitidas no mês subsequente.

5.3. Caberá à **CONTRATADA** apresentar mensalmente por ocasião de cada pagamento, juntamente com o documento fiscal devidamente atestados pela gestão, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada, os comprovantes atualizados de:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
- c) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
- d) Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4. É vedado o pagamento antecipado ou antes da efetiva execução dos serviços, bem como quando estes não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

5.5. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.6. O pagamento deverá ser realizado por ordem bancária para crédito em conta corrente indicada pela contratada, boleto bancário, sendo os valores faturados obrigatoriamente compatíveis com os valores e condições estabelecidas no contrato, livres de quaisquer tributos, taxas ou custos não previstos, inclusive eventuais diferenças de alíquotas ou encargos adicionais.

5.6.1. É vedado o pagamento antecipado ou antes da efetiva execução dos serviços, bem como quando estes não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

5.7. O SESC/SENAC/AR/CE se reserva o direito de reter na fonte os tributos previstos em lei, inclusive o ISSQN quando aplicável, devendo a nota fiscal apresentar o destaque correspondente, conforme legislação vigente.

5.8. O SESC/SENAC/AR/CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto homologado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito.

5.8.1. A nota fiscal ou fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo mencionado no item 5.2 passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido e validado.

5.8.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto não forem cumpridas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, bem como as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9. Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos no Contrato, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa.

5.10. O **SESC/AR/CE** poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela **CONTRATADA**, em razão da inadimplência, nos termos do presente Contrato.

5.11. A **Contratada** deverá honrar os valores dos serviços homologados no Processo Licitatório e registrado na proposta vencedora.

5.12. Os locais de execuções dos serviços bem como da emissão de Notas por CNPJs serão conforme especificados abaixo:

UNIDADES SESC
SESC CENTRO - CNPJ: 03.612.122/0003-99- Rua 24 de maio, 692, Centro- CEP: 60020-000 Fortaleza-CE
SESC FORTALEZA - CNPJ: 03.612.122/0002-08- Rua Clarindo de Queiroz, 1740 - centro, Fortaleza - Ce, 60035-130
SESC TORRE SAÚDE - CNPJ: 03.612.122/0048-90- AV DUQUE DE CAXIAS,Nº 1701,BAIRRO : CENTRO,FORTALEZA,CEP:60.035-111
SESC IPARANA - CNPJ: 03.612.112/0004-70- Av.José Alencar, 150- IPARANA- CEP: 606227-110
SESC JUAZEIRO - CNPJ: 03.612.122/0006-31- RUA DA MATRIZ, Nº 227 - BAIRRO: CENTRO, JUAZEIRO DO NORTE, CE - CEP: 63.010-040
SESC SOBRAL CENTRAL - CNPJ: 03.612.122/0005-50 - Rua Boulevard João Barbosa, 902, Centro- CEP: 62010-190- Sobral
SESC SOBRAL JUNCO/EDUCAR - CNPJ: 03.612.122/0018-75 - Rua Clotário Aguiar, 1245, Campos Dos Velhos CEP:62030-190- Sobral-Ce
SESC CRATO - CNPJ: 03.612.122/0007-12 - Rua André Cartaxo,443, Centro, CEP: 63100-170 Crato-Ce
SESC IGUATU – CNPJ: 03.612.122/0008-01- RUA TREZE DE MAIO, Nº 1130 - BAIRRO: CENTRO, IGUATU, CE - CEP: 63.500-005
SESC ANEXO – ADMINISTRATIVO - CNPJ: 03.612.122/0024-13- Rua Pereira Filgueiras, 1085, Aldeota- CEP: 60160-194- Fortaleza-CE
UNIDADES SENAC
SENAC ALDEOTA - CNPJ: 03.648.344/0020-62- Rua: Desembargador Moreira, 1303, Aldeota CEP: 60170-001 Fortaleza
SENAC PANORAMA - CNPJ: 03.648.344/0026-58- RUA SENADOR JAGUARIBE, 324, BAIRRO: MOURA BRASIL, FORTALEZA - CE, CEP 60.010-010
SENAC CENTRO - CNPJ: 03.648.344/0001-08- AV. Tristão Gonçalves, 1245 Centro CEP: 60.015-000 Fortaleza
SENAC MARANGUAPE - CNPJ: 03.648.344/0021-43- Rua Coronel Manoel Paula, 175 Centro- CEP: 61.940-065- Maranguape- Ceará
SENAC JUAZEIRO - CNPJ: 03.648.344/0005-23- Rua São Luiz, S/N São Miguel- CEP: 63010-462- Juazeiro do Norte
SENAC IGUATU - CNPJ: 03.648.344/0002-80 - Rua Treze de Maio, 1134 Centro CEP: 63500-000 - Iguatu
SENAC JUAZEIRO ANEXO - Rua Vicente patu, 782, Centro, CEP: 63.010-155, Juazeiro do Norte/Ce
SENAC CRATO – CNPJ: 03.648.344/0003-61R. DOM QUINTINO, PRAÇA DA SÉ, 596 - CENTRO, CRATO - CE, 63100-060
SENAC PANORAMA - CNPJ: 03.648.344/0026-58- Rua Senador Jaguaribe, 324, - MOURA BRASIL, 60010010, Fortaleza - CE

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O Contrato poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no artigo 42 da Resolução SESC nº 1.593/2024.

6.2. Nas hipóteses de reajuste, o índice a ser aplicado será aquele que ordinariamente o Departamento Regional já aplica em seus instrumentos contratuais e congêneres.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem a manutenção preventiva, corretiva e emergencial de elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas, instalados nas unidades do SESC e SENAC/AR/CE, conforme relação e especificações constantes no Anexo I e Anexo II (PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle).

7.1.1. Manutenção Preventiva

7.1.1.1. A manutenção preventiva consiste na execução mensal de inspeções, limpezas, ajustes, regulagens, lubrificação e testes de funcionamento, conforme cronograma aprovado pela Fiscalização dos Contratantes e observância às normas da ABNT aplicáveis (NBR NM 207, NBR NM 267, NBR 16083, NBR 15597 e correlatas).

Durante a manutenção preventiva deverão ser executadas, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) Inspeção de cabos de tração, limitadores de velocidade, freios, amortecedores, polias, trilhos, portas, dispositivos de segurança e sistemas elétricos e eletrônicos de comando;
- b) Verificação de níveis de ruído, vibração e alinhamento de motores e redutores;
- c) Lubrificação de componentes móveis conforme especificações do fabricante;
- d) Teste de dispositivos de emergência, alarme, interfone e iluminação de cabine;
- e) Avaliação do nivelamento, aceleração e frenagem da cabine;
- f) Limpeza e conservação das casas de máquinas, poços, cabinas e portas de pavimento;
- g) Verificação e correção de falhas identificadas em componentes de segurança;
- h) Registro de todas as intervenções em Relatório de Manutenção Mensal, assinado pelo técnico executor e pelo Fiscal dos Contratantes.

7.1.2. Manutenção Corretiva

7.1.2.1. A manutenção corretiva tem por finalidade restabelecer as condições normais de funcionamento dos equipamentos, mediante atendimento a chamados técnicos, sempre que houver falha, parada ou anomalia operacional.

Deverão ser observados os seguintes parâmetros:

- a) O atendimento deverá ocorrer em até 30 (trinta) minutos em Fortaleza e em até 2 (duas) horas nas demais localidades, contados do recebimento da solicitação da Contratante;
- b) A Contratada deverá manter canal de atendimento permanente (24h), inclusive sábados, domingos e feriados, para chamados emergenciais e situações de passageiros retidos;
- c) A liberação de passageiros presos na cabine deverá ser realizada exclusivamente por técnico habilitado da Contratada ou, em caráter emergencial, pelo Corpo de Bombeiros, sendo obrigatória a posterior vistoria técnica do equipamento antes do retorno à operação;
- d) Os serviços corretivos deverão ser acompanhados de relatório detalhado, com diagnóstico da falha, providências adotadas e recomendação de substituição de peças, quando necessário;
- e) É vedada qualquer intervenção que comprometa a segurança ou que não tenha prévia autorização da Fiscalização dos Contratantes.

7.1.3. Auditoria Técnica e Inspeção Anual

- 7.1.3.1. A Contratada deverá realizar, uma vez por ano, auditoria técnica completa nos equipamentos, verificando desempenho, conformidade de segurança e estado geral dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos.

O relatório de auditoria deverá conter:

- a) resultados dos testes de segurança;
- b) medições de desempenho;
- c) diagnóstico preventivo;
- d) recomendações de modernização ou ajustes normativos;
- e) assinatura do Responsável Técnico (RT) com respectiva ART.

7.1.4. Relatórios e Comunicação

- 7.1.4.1. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, à GEINFRA:
- a) Relatório consolidado de manutenção preventiva e corretiva, contendo data, hora, tipo de serviço, tempo de atendimento, peças substituídas e observações técnicas;
 - b) Registros fotográficos de intervenções relevantes;
 - c) Comunicado imediato em caso de falha grave, acidente ou evento que coloque em risco a segurança dos usuários, com relato circunstanciado em até 24 (vinte e quatro) horas;
 - d) PMOC atualizado e assinado pelo Responsável Técnico, anexado à medição mensal.

7.1.5. Condições Gerais de Execução

- a) Todos os serviços deverão ser realizados por técnicos uniformizados e identificados, portando crachá, EPI's e ferramentas adequadas;
- b) É de responsabilidade da Contratada manter os locais de trabalho limpos e organizados, removendo resíduos e materiais após cada atendimento;
- c) A Contratada deverá assegurar a integridade física de seus colaboradores e usuários, observando integralmente as normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-12 e NR-18);
- d) As visitas técnicas e os atendimentos deverão ser previamente registrados junto à unidade atendida e atestados pelo Fiscal local;
- e) Todos os serviços deverão estar alinhados ao PMOC aprovado e às recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

7.2. AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

- 7.2.1. A presente contratação não inclui o fornecimento de peças e componentes de reposição, os quais deverão ser adquiridos separadamente, conforme necessidade identificada durante a execução dos serviços de manutenção.
- 7.2.2. A substituição de peças, conjuntos ou acessórios somente poderá ocorrer mediante emissão de Laudo Técnico de Necessidade, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico da Contratada, descrevendo:
- a) o diagnóstico da falha ou desgaste;
 - b) a identificação completa da peça (marca, modelo, número de série e posição no equipamento);
 - c) a justificativa técnica para a substituição;
 - d) o orçamento detalhado contendo valores unitários, prazos de fornecimento e garantia do fabricante.

7.3. O laudo técnico deverá ser submetido à aprovação prévia da Contratante (GEINFRA), que poderá realizar análise técnica comparativa, solicitar novos orçamentos ou, se entender conveniente, realizar aquisição direta da peça junto ao fornecedor de sua escolha.

7.4. As peças a serem utilizadas deverão ser originais ou equivalentes de primeira linha, certificadas pelo fabricante do equipamento, apresentando documentação de procedência, nota fiscal e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

7.5. A utilização de peças não originais ou sem comprovação de equivalência técnica dependerá de autorização formal da GEINFRA, sob pena de recusa da medição mensal e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

7.6. Quando a substituição implicar em risco de segurança, paralisação prolongada ou necessidade de desmontagem estrutural, a Contratada deverá comunicar previamente a GEINFRA e obter autorização expressa antes de iniciar a intervenção.

7.7. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Fiscalização para vistoria e conferência física por, no mínimo, 30 (trinta) dias após o serviço, devendo a Contratada garantir o descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis, conforme normas vigentes.

7.8. A Contratada será integralmente responsável pelos danos decorrentes da utilização de peças inadequadas, falsificadas ou incompatíveis com o modelo do equipamento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência.

7.9. GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

7.9.1. A Contratada deverá assegurar a perfeita execução dos serviços prestados, respondendo integralmente pela qualidade técnica, segurança e desempenho dos equipamentos após cada intervenção de manutenção preventiva ou corretiva.

7.9.2. Todos os serviços executados, bem como as peças substituídas, deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, montagem ou execução, contados a partir da data de emissão do relatório técnico correspondente e aceite da Fiscalização.

7.9.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada deverá, sem ônus adicional para a Contratante, refazer o serviço ou substituir as peças que apresentarem falhas, defeitos ou desempenho inadequado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da comunicação formal pela Fiscalização.

7.9.4. A garantia não se restringe à reposição da peça, mas abrange todas as despesas decorrentes da substituição ou retrabalho, incluindo transporte, deslocamento, mão de obra, testes e eventuais ajustes necessários ao pleno restabelecimento das condições de operação.

7.9.5. Contratada deverá manter Responsável Técnico habilitado e registrado no CREA durante toda a vigência contratual, sendo este o responsável pela assinatura dos relatórios de manutenção, PMOC, laudos técnicos e ARTs, conforme determina a legislação profissional vigente.

7.10. O Responsável Técnico responderá, nos termos do art. 618 do Código Civil e da ABNT NBR 16083:2022 (Manutenção de Elevadores – Diretrizes e Procedimentos), pela solidez, estabilidade e desempenho do serviço executado, inclusive no que se refere à segurança dos usuários e à conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

7.11. A responsabilidade técnica subsistirá mesmo após o término do contrato, durante o período de garantia, respondendo a Contratada por vícios ocultos, falhas de manutenção ou negligência comprovada que venham a comprometer o funcionamento do equipamento.

- 7.12. Caso seja constatado defeito decorrente de má execução, uso de materiais inadequados ou ausência de manutenção preventiva, a Contratada deverá corrigir as irregularidades imediatamente, sem ônus para a Contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e possível comunicação ao CREA.
- 7.13. A Contratada é ainda responsável por danos causados a pessoas, bens ou instalações, em decorrência de falhas na execução dos serviços, sendo obrigada a reparar integralmente os prejuízos comprovados, sem prejuízo das penalidades administrativas e civis cabíveis.
- 7.14. A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a substituição do Responsável Técnico que não esteja cumprindo adequadamente suas obrigações ou que não atenda aos requisitos técnicos exigidos, devendo a Contratada indicar substituto devidamente habilitado e obter aprovação formal da GEINFRA.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução deste Contrato será acompanhada e **gerida** por **Camila Lopes Ximenes Teles** Supervisora Administrativa e como **fiscais** os colaboradores abaixo definidos, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados no contrato. Além das obrigações abaixo identificadas:

SESC FORTALEZA- SAMUEL SANTOS – SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO
SESC CENTRO – LUIZ ROBERTO LIMA BARROS- SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO
SESC IPARANA – ANTONIO SAMUEL MOREIRA DA SILVA– SUPERVISOR ADMINISTRATIVO
SENAC PANORAMA - ANTONIO JOSE PONTE DIAS JUNIOR- COORDENADOR
SESC PANORAMA – LUIZ ROBERTO LIMA BARROS- SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO
SENAC CENTRO – LUÍSA FLAVIA BERNARDO – SUPERVISORA ADMINISTRATIVA
SENAC REFERENCE- RICARDO MATEUS- COORDENADOR
ADMINISTRAÇÃO ANEXO – HELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS
SESC SOBRAL – ANNA ZELIA VIEIRA PARENTE
SESC CRATO – ELENIR CARDOSO BRITO
SENAC JUAZEIRO – CRISTIANO
SENAC IGUATU – LIDUINA FRANCO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto homologado, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o **SESC/AR/CE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais – CAIC.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os Fiscais/Gestores poderão solicitar reuniões com os representantes da **CONTRATADA**, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto do Contrato e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO QUARTO – Os Fiscais/Gestores poderão, por amostragem ou solicitação periódica, fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela **CONTRATADA**, quando se tratar de contrato/ata que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

PARÁGRAFO QUINTO – A fiscalização será exercida no interesse do **SESC/AR/CE**, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**,

inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do **SESC/AR/CE** ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Resolução SESC nº 1.593/2024 e 1.270/2024 SENAC aqueles que cometerem atos lesivos ao **SESC/SENAC/AR/CE**, assim definidos, no tocante a licitações e Contratos:

28.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

28.1.2. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços/fornecimento, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério do **SENAC/AR/CE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

28.1.3. Multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

28.1.4. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

28.1.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE** por um período não superior a 06 (seis) anos (*art. 39, inciso III combinado com os arts. 40 e 41 da Resolução 1.593/2024 SESC e 1.270/2024 SENAC*).

28.2. As multas aludidas no subitem imediatamente precedente não impedem que o **SESC/AR/CE** rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as demais sanções previstas nas normas regedoras desta licitação.

28.2.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com a contratante, por prazo não superior a 3 (três) anos;

28.3. Qualquer das multas previstas neste Edital, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **SESC/SENAC/AR/CE** à Contratada, ficando evidenciado que se o montante atingir valor superior responderá esta pela sua diferença, a qual, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

28.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a respectiva multa.

28.5. Na impossibilidade de ressarcimento do **SESC/SENAC/AR/CE** por meio de desconto, a licitante ficará obrigada a recolher a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído

por outro instrumento legal, em nome do SESC/SENAC/AR/CE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

28.6. Caso não ocorra o recolhimento na forma do item anterior, o **SESC/SENAC/AR/CE** está desde já autorizado a emitir em desfavor da contratada, boleto bancário no valor correspondente a multa aplicada, que poderá ser levado a protesto, bem como medidas judiciais cabíveis, caso não seja pago.

28.7. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante do Contrato, a exemplo: falhas ou em quantidade ou qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

28.7.1. Também estão sujeitos às **penalidades de multa e/ou suspensão** do direito de licitar e/ou contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a **LICITANTE** quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Retirada da proposta no curso do certame, após classificação das propostas, durante fase de lances e no curso etapa de habilitação, sem que a Comissão de Licitação tenha aceito as justificativas apresentadas;
- c) Recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo **SESC/SENAC/AR/CE**;
- d) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços/fornecimento contratados;
- e) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no Contrato;
- f) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- g) Irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;
- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- i) Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução do Contrato;
- j) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a licitante idoneidade para contratar com o **SESC/SENAC/AR/CE**;
- k) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com o **SESC/SENAC/AR/CE**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- l) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com **SESC/SENAC/AR/CE**.
- m) Pedir desistência, **salvo** motivo justificado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, após a apresentação da Proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA VIGÊNCIA

10.1. Este Contrato terá vigência de **12 (doze) meses iniciando em XX de XXX de 2026 e finalizando em XX de XXXX de 2027**, podendo ser aditado de acordo com a legislação vigente, observado o disposto no artigo 33, da Resolução SESC nº 1.593/2024 e SENAC 1.270/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas no Edital, neste Contrato e nos aditivos de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao **SESC/SENAC** na forma da lei vigente.

a) As partes assumem que são expressamente contrários à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SESC/SENAC/AR/CE**.

b) Nenhum das partes poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie

que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada neste, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

c) Os contratantes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O **SESC/SENAC/AR/CE** poderá rescindir o presente instrumento, independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, sem qualquer tipo de indenização, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Pela paralisação ou interrupção na execução dos serviços pela **CONTRATADA**, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior;
- II. Pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas e/ou condições pactuadas neste Contrato;
- III. Pela paralisação ou interrupção na execução do objeto por iniciativa do **SESC/SENAC/AR/CE**, ou por não mais lhe interessar dita prestação, sendo comunicado com antecedência mínima de 30 dias por Ofício ou Distrato Contratual.

12.2. Ainda, a Administração Regional do **SESC/SENAC/AR/CE**, por razão de interesse público ou por conveniência e oportunidade, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro Cível, da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas da aplicação do presente instrumento, renunciando, as partes, qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, na presença de 02 (duas) testemunhas, especialmente convocadas, para este ato, que a tudo assistiram e que ao final subscrevem, firmam por si e seus sucessores o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Fortaleza, Ceará, XX de XXX de 202X.

SESC/AR/CE

HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA
SUPERINTENDENTE DE AÇÕES INTEGRADAS DO SESC/SENAC/AR/CE

CONTRATADA:

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

01. _____ CPF nº _____

02. _____ CPF nº _____